

Aqui, até a luz vem do agronegócio

E Sertãozinho, lugar onde mais produz açúcar e álcool no mundo. Na última safra, as usinas Albertina, Santa Elisa, Santa Inês, Santo Antônio e São Francisco fizeram 730 mil toneladas de açúcar e 400 milhões de litros de etanol. Moeram dez milhões de toneladas de cana. O bagaço dessa biomassa permitirá, este ano, um excedente de 35 MW, suficiente para iluminar as casas de uma cidade de 200 mil habitantes — ou duas Sertãozinhos.

Na Prefeitura garantem que cidade alguma com 100 mil habitantes tem mais indústrias do que Sertãozinho: 403, todas voltadas para o agronegócio. Ali, o que não é agroindústria trabalha para ela. Uma é dádiva da outra. São fábricas de equipamentos para indústrias de informática, de bebidas, de ferramentas, de papel e celulose, de produtos químicos, de irrigação, para a construção civil e laboratórios farmacêuticos. Sem falar nas fundições, metalúrgicas, retíficas, frigorífico, centro de inseminação artificial... Nessa cidade, a entressafra da cana é a safra da maioria dessas empresas. Nenhuma é multinacional, todas nascidas e criadas ali. Sertãozinho exporta 15% do que produz: “A indústria açucareira da América Latina é equipada por nós”, orgulha-se o secretário de Indústria e Comércio, Sílvio Martinielli. O PIB beira os R\$ 600 milhões e a renda per capita, US\$ 7 mil.

Até o prefeito está em dois elos da cadeia produtiva — como pecuarista e dono de rede de supermercados — e no comando da cidade, que, como ele, vive do agronegócio. Zezinho Gimenes conta que não

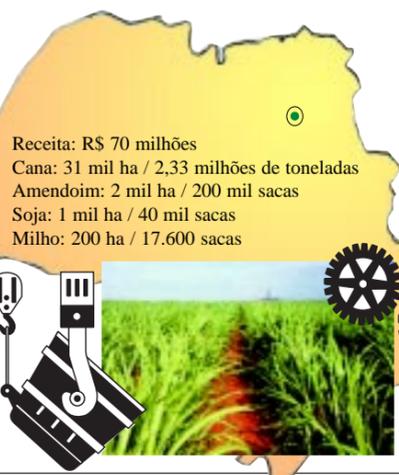


Foto Adilson Lopes

Agronegócio garante um dos menores índices de desemprego

faltam empregos, faltam empregados para tantos postos de trabalho, qualificados ou não. “Basta passear pela cidade para perceber isso. É difícil formar equipes de combate a dengue, de poda árvores ou para cadastrar imóveis para cobrar o IPTU. Aqui, nunca precisamos formar frentes de trabalho. O que nos preocupa é o primeiro emprego para o adolescente; ainda não há vagas suficientes.”

Para o prefeito, o agronegócio é a razão da estabilidade de Sertãozinho. A família está no ramo há 44 anos e ele, há vinte: “Nunca vendemos tanta comida e a preço tão baixo; nunca a variedade foi tão grande nas prateleiras. Isso é fruto da competitividade e da modernidade desse segmento da economia. Pode ver, sobem de preço produtos que ainda estão nas



mãos de oligarquias: cimento, energia, telefonia, transporte. Enfim, os não ligados diretamente ao agronegócio. Nós é que somos modernos.”

Uma das empresas pioneiras da saga sertaneza ainda está lá, a Indústria de Ferramentas Agrícolas Saran, fundada em 1901 pelo imigrante italiano Luís Saran, quando Sertãozinho tinha cinco anos de idade. O filho do patriarca, Hélio Saran, 85 anos, está à frente do negócio, que começou com a fabricação de machados para a poda de café, foices de roçar o mato e um dos primeiros podões de cortar cana. Hélio diz que há vinte anos criou o modelo mais moderno, o podão Saran, “copiado em todo o Brasil”. Antigamente, usava um quilo de aço para fazer um podão, hoje só meio quilo. Cada um sai da fábrica por R\$ 10,00 e chega ao comércio a R\$ 15,00. “Cada cortador usa dois em cada safra.”

A fábrica é a mais antiga cliente da CSN, da Acesita, da Usiminas e da Villares. Antes, importava da Alemanha. Consome 300 toneladas anuais de aço e só trabalha para a agroindústria canavieira: além de 50 mil podões por ano, faz aparador de cana, facões e martelos desfibradores para moendas. “Onde há usina de açúcar, destilaria e engenho de pinga, há produtos Saran, na América Latina, nos EUA ou na África do Sul”, diz Hélio. Ele duvida de que a mecanização do corte de cana aposente de vez o podão. Mas por via das dúvidas, já fabrica as facas das modernas colhedoras mecânicas, seguindo a sina empreendedora do lugar: “Quando eles querem, não pedem; fazem.”



Terra fértil na escola

Que aluno nunca se perguntou sobre a necessidade de estudar fundamentos da física, reações químicas, equações matemáticas, história... tudo aparentemente tão longe da realidade!

Este “distanciamento” entre o que acontece no mundo e o que é dito por professores, ou impresso nos livros, tem sido um fator de desestímulo para os alunos. Uma preocupação para pais e educadores, já que a evasão escolar é uma realidade perturbadora.

O Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, desenvolvido desde o ano passado pela ABAG/RP em parceria com Diretorias Regionais de Ensino, vem contribuir para a mudança

desse cenário. Este ano, escolas da DRE de Sertãozinho passam a integrá-lo, conforme demonstra o quadro comparativo.

O programa, que será paulatinamente implantado nos 86 municípios de abrangência da ABAG/RP, alia teoria e prática. Alunos e professores descobrem o quanto a vida de cada um depende do agronegócio. A história comprova que a região nasceu, cresceu e continua se desenvolvendo com ele. Não é necessário fazer grandes cálculos para constatar a relação de dependência. Os salários pagos pelo setor movimentam o comércio das cidades; os impostos arrecadados pelas prefeituras

	2001	2002
Cidades	04 Guariba, Jaboticabal, Monte Alto e Pradópolis	10 Bebedouro, Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pradópolis, Barrinha, Pitangueiras/Ibitiúva, Pontal e Sertãozinho
Escolas	07	20
Professores	196	501
Alunos	967	6.208



Palestra abre o programa “Agronegócio na Escola” 2002

se transformam em educação, saúde, cultura... bem-estar social.

Ao revelar as inúmeras oportunidades de trabalho nas mais diferentes profissões envolvidas nas atividades das empresas ligadas ao agronegócio, o programa contribui para reduzir a evasão escolar. Afinal, conhecendo a realidade, os estudantes deparam-se com um dos principais pólos agroindustriais do Brasil, que demanda mão-de-obra qualificada, ainda em número insuficiente na região para atender as necessidades do setor.”, afirma Mônica Bergamaschi, diretora da ABAG/RP.

O evento de abertura do programa educacional de 2002, revelou o entusiasmo e dedicação dos professores, que em uma manhã de sábado, lotaram o Teatro Municipal de Sertãozinho para assistir a palestra proferida pelo presidente da ABAG nacional, Roberto Rodrigues.

Editorial

Dois pesos, a mesma medida

A novela do fim do protecionismo praticado por países ricos dá sinais claros de que está longe de terminar. Se por um lado, a expectativa dos países emergentes converge para a eliminação dos subsídios, que distorcem mercados, o anúncio da taxaço sobre o aço importado pelos Estados Unidos e União Européia é recebido como uma baldada de água fria.

Os EUA são o destino de mais de um terço das exportações do aço brasileiro e a decisão deverá comprometer a competitividade da siderurgia nacional e a de outros setores da nossa economia, entre eles o agronegócio, que consome grandes quantidades do produto na forma de equipamentos, máquinas e implementos.

O inverso é verdadeiro. Os produtos do agrone-

gócio, que recorrentemente sofrem taxaço, também perdem competitividade, menos renda é gerada no campo e menores investimentos são realizados. Seria interessante ver a siderurgia nacional intervir a favor do agronegócio e vice-versa, mas para isso é preciso que o conceito de cadeia produtiva e que a exata noção da relação de interdependência esteja incorporada na cultura organizacional das empresas.

Afinal, não importa se um setor é maior ou menor do que o outro. O que vale é o grau de organização que cada um tem para fazer valer seus interesses. Melhor seria se os esforços fossem realizados em conjunto, já a partir dos próximos capítulos.

Monika Bergamaschi

A “Capital brasileira do agronegócio”

Quando a agricultura vai bem, as cidades vão bem. É o que já sabia - e alertava - o cacique Seattle, em carta de 1854, ao presidente Franklin Pierce, dos Estados Unidos, relutando em negociar as terras do seu povo com o governo: “Se dizirmos as cidades, os campos sobreviverão; se eliminarmos os campos, as cidades se extinguirão.”. O índio repetia a advertência que Benjamin Franklin, cientista, filósofo, diplomata, fizera cem anos antes em defesa da terra.

“Se a renda agrícola é boa, as prateleiras dos supermercados da cidade se esvaziam rapidamente, o estoque gira. É sinal de equilíbrio entre produção e consumo; mas se as prateleiras ficam cheias, é sinal de renda em queda”, observa o professor Antônio Vicente Golfetto, diretor do Instituto de Economia “Maurílio Biagi”.

Este ano, as principais cadeias produtivas do agronegócio regional prometem equilíbrio, como indicam os números levantados pelo professor: cana, US\$ 2,4 bilhões; laranja, US\$ 1 bilhão; calçados, US\$ 230 milhões; soja, US\$ 90 milhões; café, US\$ 80 milhões; milho, US\$ 55 milhões, e leite, US\$ 20 milhões.

Nos últimos vinte anos, de 1982 a 2001, entre os vinte municípios mais populosos do Estado de São Paulo, o índice de participação de Ribeirão Preto e de outras cidades que têm suas economias fundamentadas no agronegócio cresceu, enquanto recuou, por exemplo, a contribuição de Diadema, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo



e São Paulo, marcadamente industriais. O levantamento da Secretaria Estadual da Fazenda aponta, ainda, que de 1982 a 1997, antes, portanto, da recessão que atingiu os setores sucroalcooleiro e citrícola, o nível de participação de Ribeirão Preto foi de 58%. A pesquisa do professor Golfetto indica que 80% desse crescimento vem do agronegócio.

Das cidades tipicamente industriais, houve acréscimo apenas em São José dos Campos, grande parte devido à privatização da Embraer e sua presença maior no mercado externo; em Guarulhos, por causa da expansão do

aeroporto internacional de Cumbica, e em Campinas, com a consolidação do pólo de alta tecnologia. Entre os municípios de economia baseada fortemente no agronegócio, só houve redução em Franca, em virtude da queda nas exportações de calçados.

Dos municípios que compõem a região de Ribeirão Preto, um dos maiores centros do agronegócio do País, em 56 houve aumento no índice de participação do ICMS e 24 tiveram desempenho negativo. Mas a média dos índices de crescimento foi de 61,89%, enquanto a de queda foi de 14,03%. Gavião Peixoto, Guataporá, Motuca, Taquaral e

Trabiju, formados recentemente, ainda não aparecem na estatística da Secretaria da Fazenda. (Quadro 2)

Seis cidades revelaram, entre 1982 e 2001, crescimento superior a 100% na participação do ICMS: Colômbia (108,19%), Colina (113,47%), Pedregulho (162,17%), Nuporanga (191,26%), Rifaina (252,59%) e Luís Antônio (1.106,4%). (Quadro 1)

Está provado que com o agronegócio movimentando a economia, parte significativa do lucro, investimentos, tributos, fica na região. “Nas cidades de grande concentração de indústrias estrangeiras de bens de capital, a instabi-

lidade é maior: Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema... Santo André perdeu em vinte anos metade do que amealhou em 400. O agronegócio é o amortecedor entre a depressão e a euforia. Ele faz de Ribeirão uma esfinge sem segredo”, define o professor.

De acordo com o empresário e historiador Eduardo Diniz Junqueira, presidente do Conselho Diretor da ABAG/RP, Ribeirão Preto nasceu do café, uma commodity de curso internacional. “Esta região atraiu forte corrente migratória nacional e estrangeira em busca de melhores oportunidades de vida

e de sucesso que a fertilidade de suas terras prometiam. Com a decadência da cafeicultura, o algodão foi o carro-chefe, seguido da cana-de-açúcar e suas usinas. Hoje como ontem, a predominância de uma ou outra grande cultura, cada qual a seu tempo, não impediu a região de ser a líder na produção de grãos, frutas, café, leite, carne, aves, celulose, laranja, açúcar e até da *eletricidade verde* do bagaço da cana.”.

Essa riqueza, advinda da cafeicultura, financiou a fundação da eletrometalurgia na região, a construção de hidrelétricas, a telefonia, os bancos, a cervejaria. Formou-se uma sociedade permeável, como assinala o brasilianista Thomas Walker, que permitia aos imigrantes e seus descendentes tornarem-se grandes empresários: adquirir fazendas, diversificar o comércio, criar pequenas indústrias e subir na escala social. Essa formação favoreceu a expansão de profissões liberais, advogados, médicos, dentistas...

Agora, Ribeirão Preto é definitivamente reconhecida como a “Capital brasileira do agronegócio”.

Quadro 1

Maiores altas na participação de municípios da região no ICMS paulista

1982 - 2001

Luiz Antonio 1.106%	Guaíra 97%	Ipuã 57%
Rifaina 252%	Buritizal 85%	São Simão 52%
Nuporanga 191%	Morro Agudo 81%	Ibitinga 51%
Pedregulho 162%	Vista Alegre do Alto 69%	Guariba 48%
Colina 113%	Boa Esperança do Sul 66%	Ribeirão Preto 48%
Colômbia 108%	Miguelópolis 62%	Jardinópolis 40%

Fonte: IEMB-ACIRP 2002

Quadro 2

Maiores baixas na participação do ICMS entre os municípios mais populosos

1982 - 2001

Santo André 50,7%	Osasco 21,3%
Santos 42,4%	Piracicaba 9,9%
São Paulo 33,0%	Mauá 6,5%
S. Bernardo do Campo 31,0%	Diadema 5,6%
Mogi das Cruzes 21,4%	Franca 4,3%

Fonte: IEMB-ACIRP 2002